

Termo de Fomento n.º 018/2025

Processo Administrativo n.º 2025-HNZDB

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR E O INSTITUTO DE GASTRONOMIA, CULTURA E TURISMO PANELA DE BARRO, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR**, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.372.695/0001-07, com sede à Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 705, Forte São João, Vitória/ES, CEP 29.017-010, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, neste ato representada pelo Sr. Ronaldo Dias Junior e o **INSTITUTO DE GASTRONOMIA, CULTURA E TURISMO PANELA DE BARRO**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.063.391/0001-51, com sede na Rua Muniz Freire, nº 79, Baixa Itália, Castelo/ES, CEP 29360-000, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pelo seu Responsável pela Instituição, Sr. Alessandro Adrelle Eller Dias, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014, consonante ao processo nº 2025-HNZDB e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. presente Termo de Fomento, decorrente de Emenda Parlamentar de nº 1138, tem por objeto o apoio financeiro para a realização do 1º Festival Doce Pontões de Balonismo e Esportes de Aventura de Marilândia, visando fomentar o turismo, valorizar o território e impulsionar o desenvolvimento econômico local por meio de práticas culturais, gastronômicas e esportivas, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1. O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme

estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3. É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

- I. Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;
- II. Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. São obrigações dos Partícipes:

I. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

- a) Fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
- e) Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- f) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

- g) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- h) Designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- i) Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- j) Colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;
- k) Apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;
- l) Apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;
- m) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II. DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) Manter escrituração contábil regular;
- b) Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- e) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no

Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

g) Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, peio menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

h) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

i) Fazer constar em todos e quaisquer materiais de propaganda, créditos ou veiculações nos meios de comunicação, que versem ou divulguem o objeto deste termo, o Brasão do Estado e da SETUR.

j) Viabilizar o livre acesso do gestor da parceria ao evento para fins de fiscalização de execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

3.2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do Termo de Fomento, recursos no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária: 23.695.0113.2258 - Promoção da Atividade Turística - Gestão: 000001 - Fonte de Recursos: 1500 - Elemento de Despesa: 335041. UG: 370101.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2. É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3. Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I. Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;
- III. Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

- I. Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

- II. Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III. Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV. Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- V. Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- VI. Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- VII. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

- 6.1. O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até **29/07/2025**, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
- 6.2. Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.
- 6.3. Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração/Fomento, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
- 6.4. Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2. Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar à administração pública estadual, através do **Sr. Alessandro Adrelle Eller Dias**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3. O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- I. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III. Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;
- V. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

- I. Retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- II. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I. Extrato da conta bancária específica;
- II. Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
- III. Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- IV. Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- VI. Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2. A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

- I. Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II. Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3.A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- I. Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
- II. Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4. Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

- I. Os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II. Os impactos econômicos ou sociais;
- III. O grau de satisfação do público-alvo;
- IV. A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

- I. Aprovação da prestação de contas;
- II. Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- III. Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7. A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

- I. Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
- II. Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8. As prestações de contas serão avaliadas:

- I. Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- II. Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- III. Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
 - a) Omissão no dever de prestar contas;
 - b) Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
 - c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
 - d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9. O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja

mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1. A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2. Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3. As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4. É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

9.5. A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II. Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1. Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2. Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3. Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a Organização da Sociedade Civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização doadora, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

11.5. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO

12.1.O presente Termo de Fomento poderá ser:

I.Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II. Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- b) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2.O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

§ 1º Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

§ 2º Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1.Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou

processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente Termo de Fomento terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1. A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1. Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2. Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2. Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste Termo de Fomento ou que com ele tenham relação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1. Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser

aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2. As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3. As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4. As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2. E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, 23 de junho de 2025.

RONALDO DIAS JUNIOR

Subsecretário de Gestão Administrativa
Secretaria de Estado do Turismo

ALESSANDRO ADRELLE ELLER DIAS

Instituto de Gastronomia, Cultura e Turismo Panela de Barro



PLANO DE TRABALHO – 1º FESTIVAL DOCE PONTÕES – MARILÂNDIA/ES – 2025

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

DADOS DO PROJETO			
NOME: 1º Festival Doce Pontões de Balonismo e Esportes de Aventura de Marilândia			
DATA INÍCIO: 26/06/2025		DATA TÉRMINO: 29/07/2025	
FONTE DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO: Secretaria de Estado do Turismo do Espírito Santo – SETUR			
VALOR DO PROJETO: R\$ 90.000,00			
LOCAL DO EVENTO: Município de Marilândia/ES			
PARCELAS DE PAGAMENTO: 1 parcela única em junho de 2025			
DADOS DA Organização da Sociedade Civil - OSC			
Nome da instituição: Instituto de Gastronomia, Cultura e Turismo Panela de Barro			
CNPJ: 24.063.391/0001-51			
Endereço: Rua Muniz Freire, 79			
Bairro: Baixa Itália	Cidade: Castelo	Estado: E.S	CEP: 29360-000
Telefone(s) Celular (es): (28) 99886-4949	Fixo (s): (28) 99886-4949	Página na internet (home page): https://esmais.com.br	
Endereço eletrônico (e-mail): ipaneladebarro@gmail.com			
RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO (assinante do instrumento jurídico que será celebrado)			
Nome completo: Alessandro Adrelle Eller Dias			
Cargo: Presidente		Mandato:	
		Início: 01/01/2024	Término: 31/12/2026
CPF: 031.949.207-90		Identidade / Órgão Expedidor: 1186402 / SSP-ES	



Endereço: Av. Hugo Musso, 2000, apto 1801			
Bairro: Itapuã	Cidade: Vila Velha	Estado: E.S	CEP: 29101-785
Telefones (incluindo celular e fax) (27) 99911-0478 / (28) 99886-4949		Endereço eletrônico (e-mail): ipaneladebarro@gmail.com	
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO			
Nome completo: Elói Junior Zoppi Fioroti			
CPF: 985.990.627-00		Formação: Administração	
Telefones (incluindo celular e fax): (27) 99971-1045		Endereço eletrônico (e-mail): jrfioroti@gmail.com	
OUTROS PARTICIPES			
Nome da instituição: Não se aplica			
CNPJ: Não se aplica			
Endereço: Não se aplica			
Bairro: Não se aplica	Cidade: Não se aplica	Estado: Não se aplica	CEP: Não se aplica
Telefone(s): Não se aplica	Fax: Não se aplica	Página na internet (home page): Não se aplica	
Endereço eletrônico (e-mail): Não se aplica			
EXPLORAÇÃO ECONÔMICA			
Bilheteria	☐ Sim ☒ Não	Valor	



Inscrição dos Atletas	☐ Sim ☒ Não	Valor	
Patrocinadores	☒ Sim ☐ Não		
Descrição dos Itens dos patrocinadores e destinações dos recursos oriundos de Exploração Econômica	Ainda não foram definidos.		

1. INTRODUÇÃO

O 1º Festival Doce Pontões de Balonismo e Esportes de Aventura de Marilândia será uma ação estratégica voltada à promoção do turismo de aventura e à valorização das riquezas naturais e culturais do município. A proposta contempla uma programação diversificada com voos de balões, atrações culturais e atividades gastronômicas, com o objetivo de posicionar Marilândia como destino turístico relevante, fortalecer a economia local e impulsionar o desenvolvimento territorial sustentável. A parceria com a SETUR permitirá a realização de um evento estruturado, com impactos positivos duradouros para o município e região.

2. CAPACIDADE TÉCNICA

O Instituto de Gastronomia, Cultura e Turismo Panela de Barro é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com ampla experiência na produção e gestão de eventos culturais e turísticos. Atua desde 2016 em projetos que integram turismo, cultura, gastronomia e desenvolvimento local. Possui estrutura física, equipe técnica capacitada e um histórico de parcerias exitosas com entes públicos e privados, além de forte atuação na mobilização comunitária e articulação institucional.

3. OBJETO

Realização do 1º Festival Doce Pontões de Balonismo e Esportes de Aventura de Marilândia, visando fomentar o turismo, valorizar o território e impulsionar o desenvolvimento econômico local por meio de práticas culturais, gastronômicas e esportivas.

4. PÚBLICO ALVO

- Público direto:

Empreendedores locais dos setores de gastronomia, turismo, hotelaria, serviços, produtores rurais, artesãos, secretarias municipais, associações e cooperativas.

- Público indireto:

População de Marilândia e visitantes regionais.



O evento será gratuito e contará com medidas de acessibilidade, como estrutura adequada para mobilidade, comunicação visual inclusiva e ações em redes sociais.

5. OBJETIVO GERAL

Posicionar Marilândia como destino estratégico de turismo de aventura no Espírito Santo e promover o desenvolvimento territorial sustentável por meio de atividades culturais, esportivas e gastronômicas.

6. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aumentar a taxa de ocupação da rede hoteleira
- Estimular o fluxo de consumidores em bares e restaurantes
- Fortalecer a imagem de Marilândia como destino turístico
- Fomentar a economia criativa e o turismo de experiência
- Ampliar o alcance da cultura local
- Mobilizar o poder público e promover parcerias estratégicas
- Estimular práticas sustentáveis e o uso responsável dos recursos naturais

7. METAS

- Atingir 100 mil visualizações nas redes sociais do evento
- Atingir 30 mil pessoas engajadas digitalmente
- Vender 50% dos voos de balão antes do evento
- Realizar o festival com público estimado de 4.000 visitantes
- Alcançar 40 inscrições para o pedal e 30 para o trilhão
- Instalar estrutura completa de palco, tendas, som, iluminação e banheiros
- Realizar todas as ações dentro do prazo, com avaliação e prestação de contas final

8. METODOLOGIA

A metodologia será dividida em 4 fases:

1. Planejamento e articulação:



- Reuniões com a prefeitura, parceiros e lideranças locais.
- Elaboração da identidade visual e definição da programação.

2. Mobilização e capacitação:

- Envolvimento de bares, restaurantes, rede hoteleira e artesãos.
- Realização de oficinas de boas práticas turísticas.

3. Execução do evento:

- Estruturação dos espaços, montagem de tendas, palco, estandes e arena de balões.
- Realização de voos, apresentações culturais, shows, feiras gastronômicas e exposições.

4. Avaliação e continuidade:

- Coleta de dados quantitativos e qualitativos.
- Pesquisa de satisfação com público e expositores.
- Produção de relatório técnico e plano para próximas edições.

9. JUSTIFICATIVA

O turismo de aventura e o balonismo são estratégias eficazes para dinamizar economias locais, gerar emprego, promover identidade territorial e atrair visitantes. Marilândia possui potencial natural e cultural que ainda não foi plenamente explorado. O evento propõe preencher essa lacuna, fortalecendo o turismo regional e estimulando a cadeia produtiva local.

9.1 RELEVÂNCIA SOCIAL

O festival promoverá inclusão, desenvolvimento econômico e cultural. Atenderá tanto os pequenos empreendedores locais quanto a comunidade em geral, fortalecendo o sentimento de pertencimento, além de fomentar políticas públicas e privadas voltadas ao turismo.

9.2 INTERESSE PÚBLICO

A parceria com a SETUR é fundamental para dar escala ao evento e institucionalizar o turismo de aventura em Marilândia. A iniciativa está alinhada à Política de Turismo Sustentável do Espírito Santo e aos princípios da economia criativa e da inclusão social.

10. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

- Elaboração de cronograma físico com metas mensuráveis



- Relatórios fotográficos e audiovisuais das ações
- Aplicação de pesquisas de satisfação com participantes e público
- Relatório técnico e financeiro com prestação de contas detalhada

11. METODOLOGIA DE TRABALHO

- Formação da equipe técnica e organizadora
- Captação de patrocinadores e apoiadores
- Contratação de prestadores de serviço especializados
- Instalação de toda infraestrutura logística (acessibilidade, segurança, sinalização, comunicação)
- Realização do evento conforme cronograma físico e execução orçamentária

12. CUSTOS

R\$ 90.000,00 - Noventa mil reais.

13. VALOR SOLICITADO À SETUR

R\$ 90.000,00 - Noventa mil reais.

14. 1

ORÇAMENTO RESUMIDO

Código	Especificação	SETUR (Concedente)	Proponente (Contrapartida)	Total
3.3.50.41	Materiais	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00
	Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 89.000,00	R\$ 0,00	R\$ 89.000,00
TOTAL		R\$90.000,00	R\$ 0,00	R\$ 90.000,00



14.2

ORÇAMENTO ANALÍTICO						
Número	Detalhamento da Ação		Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Total
	Item	Balizamento				
1. Materiais de divulgação						
1.1.1	Camisas	Camisas para equipe, staff e divulgação	20	Unidade -	10,00	200,00
1.1.2	Flyers	Impressão de 2.000 Flyers coloridos 115g, formato 14x21cm	2000	Unidade	0,50	1.000,00
Subtotal Materiais						1.200,00
2. Serviços de terceiros						
1.1	Identidade visual	Criação de identidade visual, layouts, banners, gerenciamento de redes sociais	1	Serviço	3.500,00	3.500,00
1.2	Produção	Produção e edição de vídeos e imagens promocionais	1	Serviço	2.500,00	2.500,00
1.3	Assessoria	Assessoria de imprensa antes, durante e após o evento	1	Serviço	3.500,00	3.500,00
1.4	Internet	Internet para expositores	1	Serviço	2.500,00	2.500,00



1.5	Banner em lona	Impressão de banner em lona (pórtico e palco) – 24 m²	24	M²	93,75	2.250,00
1.6	Locação de palco	Locação de palco 8x6m com estrutura completa	1	Palco	10.000,00	10.000,00
1.7	Sonorização de médio porte	Sonorização de médio porte (sistema completo)	1	Conjunto	9.000,00	9.000,00
1.8	Iluminação	Iluminação (3 diárias)	1	Conjunto	9.000,00	9.000,00
1.9	Instalação elétrica	Instalação elétrica para toda a estrutura	1	Conjunto	6.500,00	6.500,00
2.0	Painel de LED	Painel de LED 4x2m (3 diárias)	3	Diária	2.500,00	7.500,00
2.1	Vigilância noturna	Vigilância noturna (20 diárias)	20	Diária	250,00	5.000,00
2.2	Coordenação e gerenciamento geral do evento	Coordenação e gerenciamento geral do evento	1	Serviço	5.000,00	5.000,00
2.3	Lambril para fechamento e organização do espaço	Lambril para fechamento e organização do espaço	40	Metro	25,00	1.000,00
2.4	Tendas	Tendas 10x10m com avanço (4 diárias)	4	Diária	1.900,00	7.600,00
2.5	Gradil tipo guarda corpo	Gradil tipo guarda corpo (200 metros)	200	Metro	25,00	5.000,00



2.6	Tendas	Tendas 5x5m com lona de fundo	6	Unidade	625,00	3.750,00
2.7	Tendas	Tendas 3x3m fechadas	4	Unidade	350,00	1.400,00
2.8	Pórticos	Pórticos, Q30 e backdrops (70 metros)	70	Metro	50,00	3.500,00
Subtotal Serviços						R\$88.800,00
TOTAL GERAL DO PROJETO						R\$90.000,00

15. PREVISÃO DE RECEITAS	
ORIGEM DO RECURSO	VALOR (R\$)
Repasse da Secretaria de Estado do Turismo – SETUR	R\$ 90.000,00
Contrapartida financeira do proponente	R\$ 0,00
Patrocínios e apoios privados	R\$ 0,00
Bilheteria / inscrição de atletas	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 90.000,00

16. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO								
Meta	Etapa/Fase	Especificação da Despesa (Descrever os itens do projeto)	Indicador físico				Duração	
			Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Término
1	Planejamento inicial	Reuniões com parceiros e definição da programação	Unidade	2	500,00	1.000,00	20/05/2025	30/05/2025
2	Captação de recursos	Contato com patrocinadores	Unidade	10	150,00	1.500,00	21/05/2025	20/06/2025



		e instituições públicas						
3	Comunicação e marketing	Criação de identidade visual, flyers, banners, campanha digital	Pacote	1	10.000,00	10.000,00	16/05/2025	20/06/2025
4	Infraestrutura e logística	Montagem de tendas, palco, sonorização, iluminação, instalação elétrica	Pacote	1	60.000,00	60.000,00	01/06/2025	25/06/2025
5	Execução do evento	Realização do festival: balonismo, apresentações culturais e gastronômicas	Diária	4	2.500,00	10.000,00	26/06/2025	29/06/2025
6	Prestação de contas e avaliação final	Relatório técnico, financeiro e de impacto; agradecimentos aos parceiros	Unidade	1	7.500,00	7.500,00	30/06/2025	30/08/2025
TOTAL:								R\$ 90.000,00

17. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
33.50.41	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	
Total Geral		R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	



17. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta única – Execução do Projeto						R\$ 90.000,00
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Meta única – Execução do Projeto						R\$ 90.000,00
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

18. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

- Rádio FM regional (80 inserções)
- Outdoor 9x3
- Pórtico de entrada e banners
- Postagens em redes sociais oficiais do evento
- Telão LED e locução de palco nos 3 dias
- Parcerias com influenciadores
- Divulgação em escolas, comércios, igrejas, redes sociais e site institucional

Tipo de Mídia (Cartazes, banners, panfletos, mídia televisiva, Redes Sociais)	Período	Público
Cartazes, Banners, Outdoor e Faixas	Maio a Junho de 2025	População local e regional (visual em espaços públicos)



Rádio FM Regional (80 inserções)	Junho de 2025	Comunidade de Marilândia e cidades vizinhas
Redes Sociais (Instagram, Facebook, WhatsApp)	Maio a Junho de 2025	Jovens, turistas, público conectado e engajado digitalmente
Postagens com influenciadores locais e regionais	Junho de 2025	Seguidores de perfis regionais, entusiastas de turismo
Telão LED e Locução de Palco	Durante o evento (26 a 29/06/2025)	Visitantes presenciais durante o festival
Impressos (Flyers - 2.000 unidades)	Junho de 2025	Comerciantes, feirantes, público em circulação urbana
Divulgação em escolas, igrejas, comércios e associações comunitárias	Junho de 2025	Famílias, público institucional, líderes comunitários

19. CONCLUSÃO

A realização do 1º Festival Doce Pontões de Balonismo e Esportes de Aventura de Marilândia representa uma oportunidade estratégica de fortalecer o turismo regional, com impactos positivos na economia, na cultura e na identidade local. Contamos com o apoio da SETUR para consolidar esse evento no calendário turístico do Espírito Santo.

20. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Secretaria de Estado do Turismo - SETUR, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem débitos de qualquer natureza junto a quaisquer órgãos ou OSCs da Administração Pública Estadual, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignados no Orçamento do Estado do Espírito Santo, na forma deste Plano de Trabalho.

Em Castelo, 05 de Junho de 2025.

Alessandro Adrelle Eller Dias
Presidente
Instituto de Gastronomia, Cultura e Turismo Panela de Barro

21. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovo o presente Plano de Trabalho.

Vitória (ES) _____, de _____, _____

Local e Data

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

RONALDO DIAS JUNIOR
SUBSECRETARIO ESTADO
SUBGEAD - SETUR - GOVES
assinado em 23/06/2025 11:26:15 -03:00

ALESSANDRO ADRELLE ELLER DIAS
CIDADÃO
assinado em 23/06/2025 11:16:20 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 23/06/2025 12:17:49 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por MYLENNNA NUNES DA CONCEIÇÃO ALVES (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - MGS - GECONV/SETUR - SETUR - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-9D4JTB>